

ROLF MADALENO

**A DESCONSIDERAÇÃO JUDICIAL
da PESSOA JURÍDICA e da
INTERPOSTA PESSOA FÍSICA
no DIREITO de FAMÍLIA e no
DIREITO das SUCESSÕES**

2.^a edição

Revista e atualizada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2013 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rodrigo Lippi

- 1ª edição – 2009

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M151d

Madaleno, Rolf, 1954–

A desconsideração judicial da pessoa jurídica e da interposta pessoa física no direito de família e no direito das sucessões / Rolf Madaleno. – 2ª ed., – Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-4800-9

1. Direito de família. 2. Herança e sucessões. 3. Desconsideração da personalidade jurídica.
4. Pessoas (Direito). I. Título.

08-4782

CDU 347.6

9775 78

Índice Sistemático

Introdução	1
Capítulo I – A Pessoa Jurídica no Direito Brasileiro	5
1.1. Das pessoas.	5
1.1.1. Personalidade jurídica	6
1.1.2. Autonomia privada.	9
1.1.3. Da pessoa natural.	10
1.1.4. Da pessoa jurídica.	13
1.1.5. Da pessoa jurídica de direito público.	15
1.1.6. Da pessoa jurídica de direito privado	17
1.2. Distinção entre sociedade e associação	17
1.3. Distinção entre associação e fundação.	18
1.4. Das sociedades	19
1.4.1. Classificação das sociedades.	20
1.4.2. Sociedades não personificadas.	22
1.4.3. Sociedades personificadas	23
1.4.3.1. Sociedades personificadas simples	24
1.4.3.2. Sociedades personificadas empresárias	26
1.4.3.3. Sociedade em nome coletivo	26
1.4.3.4. Sociedade em comandita simples	27
1.4.3.5. Sociedade limitada	28
1.4.3.6. Sociedade anônima	29
1.4.3.7. Sociedade em comandita por ações	30
1.4.3.8. A empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI.	30
1.5. A função social da empresa.	31
1.6. Separação patrimonial.	33
1.7. Responsabilidade patrimonial.	35
1.8. Histórico da desconsideração da personalidade jurídica	37
1.9. Desconsideração da personalidade jurídica.	39
1.10. O levantamento da personalidade coletiva em Portugal	43
1.11. O surgimento da desconsideração da pessoa jurídica no Brasil.	46
1.11.1. A desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil de 1916	50
1.11.2. A desconsideração da personalidade jurídica no Código Comercial.	51
1.11.3. A desconsideração da personalidade jurídica no Direito do Trabalho	53
1.11.4. A desconsideração da personalidade jurídica no Direito Tributário	58
1.11.5. A desconsideração da personalidade jurídica no Código do Consumidor ..	61
1.11.6. A desconsideração da personalidade jurídica na Lei Antitruste	66
1.11.7. A desconsideração da personalidade jurídica na Lei de Proteção ao Meio Ambiente.	67
1.11.8. A desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil de 2002	68

Capítulo II – Fundamento da Desconsideração da Personalidade Jurídica	71
2.1. Pressupostos para a desconsideração	71
2.2. Finalidade da desconsideração	74
2.3. Teoria maior da desconsideração	75
2.4. Teoria menor da desconsideração	77
2.5. Desconsideração inversa	80
2.6. O abuso do direito	84
2.7. O abuso do poder de controle	86
2.8. A fraude contra credores	87
2.9. Fraude à execução	90
2.10. A simulação	92
2.11. Interposta pessoa	95
2.12. Confusão patrimonial	97
2.13. Desvio de finalidade	101
2.14. Subcapitalização	102
Capítulo III – Os Conflitos de Direito de Família e a Incidência da Desconsideração da Personalidade Física e Jurídica	107
3.1. O paradigma da desconsideração no Direito de Família brasileiro	107
3.2. O paradigma da desconsideração na jurisprudência portuguesa	113
3.3. Regime de bens	122
3.3.1. Comunhão parcial	123
3.3.1.1. Bens que ingressam na comunhão parcial	126
3.3.2. Comunhão universal	129
3.3.3. Participação final nos aquestos	130
3.3.3.1. Regras de liquidação	132
3.3.3.2. Risco de fraude na divisão dos bens conjugais	136
3.3.3.3. Regime de compensações	137
3.3.4. Separação total de bens	138
3.3.4.1. A separação obrigatória de bens	139
3.3.4.2. A separação convencional de bens	139
3.4. A modificação do regime de bens	140
3.5. Sociedade conjugal	142
3.6. União estável	145
3.7. Cônjuges sócios	147
3.8. A administração dos bens na sociedade afetiva	153
3.9. Fraude entre cônjuges e conviventes	156
3.10. Administração bicéfala e a prestação de contas	161
3.11. A razão de ser da desconsideração da personalidade jurídica	165
3.12. Regime de bens na sociedade conjugal	167
3.13. Regime de bens na união estável	170
3.14. Dissolução afetiva e partilha de bens	173
3.15. O mau uso da pessoa jurídica em fraude à meaçaõ	176

Capítulo VI – A Interposição de Pessoas Físicas e os Aspectos Processuais da Desconsideração da Personalidade	305
6.1. A interposição fictícia de pessoa natural	305
6.2. A fraude pela pessoa física	305
6.3. A boa-fé.	308
6.4. A prova da fraude e da simulação.	312
6.5. Aspectos processuais da desconsideração.	318
6.6. A teoria maior da desconsideração no plano processual	320
6.7. A teoria menor da desconsideração no plano processual	323
6.8. A vulnerabilidade da pessoa prejudicada.	325
6.9. A <i>disregard</i> no processo cautelar	332
6.10. A cumulação do pedido satisfativo com a providência cautelar	337
6.11. Competência.	339
6.12. Intervenção de terceiro	341
6.13. Litisconsórcio	342
6.13.1. Litisconsórcio necessário.	344
6.13.2. Litisconsórcio facultativo.	345
6.14. Embargos de terceiro.	346
6.15. Outras defesas do terceiro	353
6.15.1. O mandado de segurança.	354
6.15.2. A exceção de pré-executividade.	355
6.15.2.1. O conteúdo da exceção de pré-executividade	357
6.15.2.2. Momento de apresentação da objeção.	359
6.15.2.3. A desconsideração no Projeto do CPC (PL 8.046/2010 em trâmite na Câmara do Deputados).	360
Considerações Finais	363
Bibliografia	365